

- Territórios artificializados
- Territórios agricultados
- Territórios de florestas e de matos
- Massas de água superficiais

Avaliação Ambiental Estratégica Plano Diretor Municipal de Miranda do Douro

Resumo Não Técnico
MARÇO DE 2026

Coordenadas Versáteis



I . CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O que é uma
Avaliação
Ambiental
Estratégica?

A **Avaliação Ambiental Estratégica (AAE)** é um procedimento legal e obrigatório em muitos dos processos de elaboração, alteração e revisão dos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT). O **Plano Diretor Municipal de Miranda do Douro (PDMMD)** foi sujeito a AAE por deliberação da Câmara Municipal de Miranda do Douro (CMMD).

A AAE tem como principais objetivos **identificar, descrever e avaliar os eventuais efeitos ambientais significativos** resultantes de um Plano durante a sua elaboração e previamente à sua aprovação, apoiando o processo de tomada de decisão, com vista à promoção do **desenvolvimento sustentável**.

A primeira fase da AAE é formalizada pelo **Relatório de Definição de Âmbito (RDA)**, onde se definem os Fatores Críticos para a Decisão (FCD), a segunda fase é formalizada pelo **Relatório Ambiental (RA)** e o **Resumo Não Técnico (RNT)**, onde se efetua a avaliação ambiental das propostas do Plano tendo por base os FCD. Na fase final do processo é formalizada a **Declaração Ambiental (DA)**, onde se definem os termos de monitorização e controlo do Plano.

O que é um
Resumo Não
Técnico?

O **Resumo Não Técnico** é um resumo, numa linguagem clara e acessível a todos, da informação constante no **Relatório Ambiental**, tendo como objetivo facilitar a compreensão e a participação do público em geral, bem como das instituições e/ou organizações com interesses na área, através da consulta pública.

O presente documento constitui o **RNT** da AAE do Plano Diretor Municipal de Miranda do Douro. Caso se pretenda aprofundar os conteúdos deste procedimento, recomenda-se a leitura do RA.

Quem é a
entidade
responsável
pelo Plano?

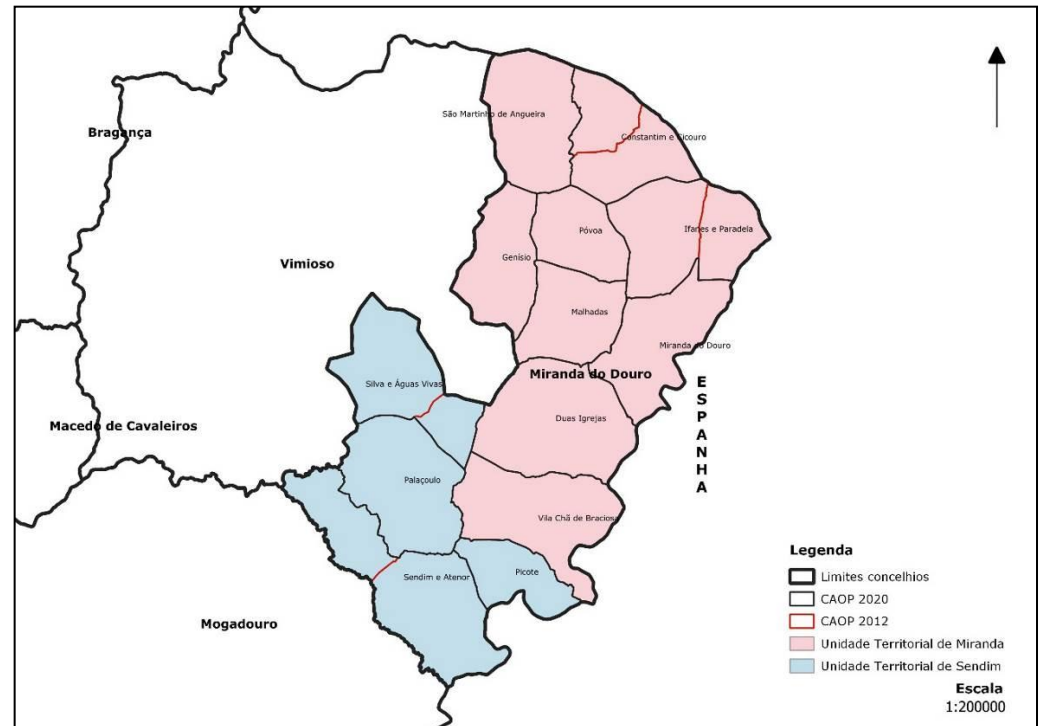
A **Câmara Municipal de Miranda do Douro** é a entidade responsável pela elaboração do PDMMD e, consequentemente, pela elaboração da sua AAE, sendo um dever a promoção de consultas às entidades às quais, em virtude das suas responsabilidades, possam interessar os efeitos do Plano. A CMMD é, ainda, responsável pela consulta ao público em geral, pela elaboração da Declaração Ambiental e por assegurar a monitorização do Plano, de forma a adotar medidas de controlo, caso seja necessário.

I . OBJETO DE AVALIAÇÃO

Área de Intervenção

Enquadramento Administrativo e Territorial

- Miranda do Douro **pertence à Região Norte do País e integra-se** na conjuntura sub-regional das **Terras de Trás-os-Montes**;
- O município conta com um total de **13 freguesias**;
- Insere-se num **contexto de baixas densidades**, sendo necessário estabelecer relações funcionais com **centros de oportunidade**, nomeadamente **Bragança** e **Mirandela**;
- **Proximidade a Espanha**, e a centros de oportunidade como Zamora e Salamanca.



ENQUADRAMENTO ADMINISTRATIVO DA ÁREA DO PLANO



PARQUE NATURAL DO DOURO INTERNACIONAL

Fonte: ICNF

Criado com o objetivo de conservar o património natural promovendo a melhoria da qualidade de vida das populações locais em harmonia com a conservação da natureza.

I . OBJETO DE AVALIAÇÃO

Proposta de Plano

A decisão de elaboração da 2ª revisão do Plano Diretor Municipal de Miranda do Douro foi publicada através do Aviso n.º 8198/2021, de 3 de maio.

Os **objetivos estratégicos** delineados para a concretização da visão estratégica do Plano são os seguintes:

- *Adaptação ao RJIGT, incluindo todos os conteúdos obrigatórios;*
- *Integração das disposições do Plano/Programa de Ordenamento do Douro Internacional;*
- *Elaboração de nova carta da REN, em conformidade com as orientações estratégicas de carácter nacional e regional;*
- *Atualização da delimitação da Reserva Agrícola Nacional (RAN);*
- *Outras correções/alterações regulamentares que venham a ser identificadas, nomeadamente as de adequação ao novo RMUE.*

Além da necessária adaptação ao RJIGT e ao POPNDI, com a introdução dos novos conteúdos, importa que a revisão do PDM introduza os seguintes ajustamentos relativamente à estratégia constante no PDM em vigor:

- ***Aposta na contenção dos perímetros urbanos evitando a edificação dispersa;***
- ***Aposta no desenvolvimento de áreas habitacionais e de serviços junto dos corredores rodoviários com carácter estruturante;***
- ***Estabelecer critérios mais ajustados para a identificação de áreas de acolhimento de atividades económicas bem como criar mecanismos que permitam o seu desenvolvimento;***
- *Estabelecer um quadro de indicadores que permita uma efetiva avaliação e monitorização da execução do Plano;*
- *Enquadrar as ações previstas pelos diferentes instrumentos de gestão territorial;*
- ***Promover a aposta no investimento associado ao ambiente, dando preferência ao relacionamento entre os espaços de utilização coletiva e seminaturais;***
- ***Criar mecanismos de reforço da reabilitação urbana e re(qualificação) do espaço público, enquanto fatores essenciais para a coesão territorial e social;***
- *Assumir compromissos exequíveis e realistas enquadrando as linhas orientadoras propostas pelo novo quadro comunitário Portugal 2030.*

II. AVALIAÇÃO AMBIENTAL DO PLANO

Fatores Críticos para a Decisão (FCD)



Valores Naturais, Paisagísticos e Culturais

- BIODIVERSIDADE
 - Salvar e valorizar os habitats, flora e fauna, dos ecossistemas ripícolas e dos espaços naturais classificados e protegidos;
- VALORES PAISAGÍSTICOS
 - Promover e valorizar os valores paisagísticos do Parque Natural do Douro Internacional;
 - Preservar florestas autóctones.
- PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO E ARQUEOLÓGICO
 - Promover e valorizar o património arquitetónico e arqueológico.



Socioeconomia

- DEMOGRAFIA
 - Promover a atração e a fixação de população jovem e adulta.
- COESÃO SOCIAL
 - Melhorar a qualidade de vida da população
- ECONOMIA
 - Valorização económica dos recursos endógenos, garantindo a sua exploração sustentável;
 - Fomentar a dinâmica turística;
 - Tornar o território atrativo para investimentos e fixação de empresas.



Coesão Territorial

- ACESSIBILIDADE/MOBILIDADE
 - Promover relações de proximidade com centro de oportunidade.
- REABILITAÇÃO URBANA
 - Promover a reabilitação do espaço urbano.



Ambiente e Alterações Climáticas

- AMBIENTE
 - Assegurar a qualidade dos recursos naturais;
 - Garantir a qualidade ao nível das infraestruturas.
- RISCOS E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
 - Prevenir o risco naturais;
 - Promover a adaptação e resiliência do território face às alterações climáticas;

Efeitos previstos:



Efeito positivo pouco significativo

Efeito positivo significativo

Efeito positivo muito significativo



Efeito negativo pouco significativo

Efeito negativo significativo

Efeito negativo muito significativo

II. AVALIAÇÃO AMBIENTAL DO PLANO

Valores Naturais, Paisagísticos e Culturais



Biodiversidade

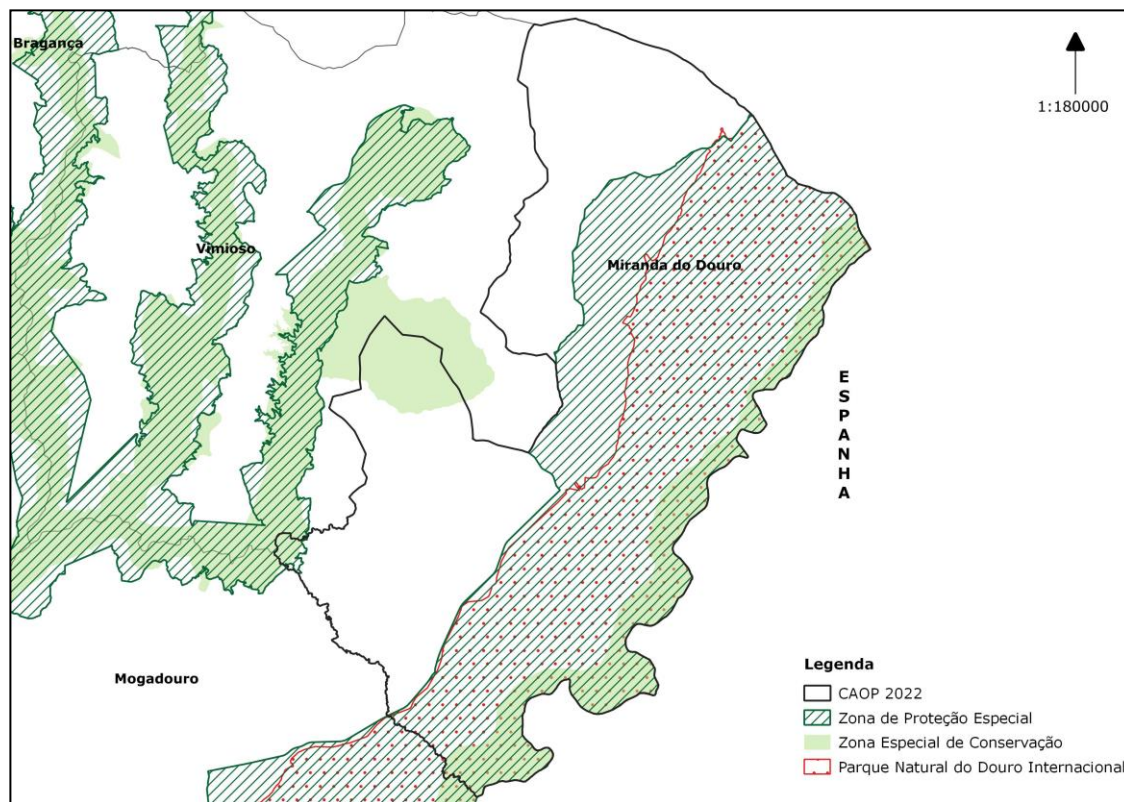
O município é abrangido por várias áreas classificadas no âmbito da Rede Natura 2000, nomeadamente:

- Douro Internacional
 - ZEC (PTCON0022), com 10,5% do concelho classificado;
- Rios Sabor e Mações
 - ZEC (PTCON0021), com 0,3% do concelho classificado.
 - ZPE (PTZPE0037), com 0,5% do concelho classificado.
- Minas de Santo Adrião
 - ZEC (PTCON0042), com 2,9% do concelho classificado
- Douro Internacional e Vale do Águeda
 - ZPE (PTCON0038), com 58,8% do concelho classificado.



Fonte: ICNF

PARQUE NATURAL DO DOURO INTERNACIONAL



ÁREAS PROTEGIDAS E CLASSIFICADAS EM MIRANDA DO DOURO

O município integra ainda, áreas da Rede Nacional de Áreas Protegidas:

- Parque Natural do Douro Internacional

II. AVALIAÇÃO AMBIENTAL DO PLANO



Valores Naturais, Paisagísticos e Culturais

Biodiversidade



- As propostas apresentadas no Plano, nomeadamente em Regulamento e plasmadas nas plantas de Ordenamento e Salvaguardas contribuem para a conservação dos valores naturais identificados, concretizando o objetivo do Plano de valorização do património.
- A nova proposta de classificação do solo conduz à contenção e consolidação dos aglomerados urbanos e rurais diminuindo o risco de afetar valores naturais, paisagísticos e patrimoniais.

PARA O PLANO:

- Sugere-se que o Plano integre uma disposição que considere que as áreas de maior valor ecológico (margens de linha de água, bosques autóctones, geossítios, etc) quando associadas a uma operação urbanística devem integrar as áreas de cedência ao município.

II. AVALIAÇÃO AMBIENTAL DO PLANO



Valores Naturais, Paisagísticos e Paisagísticos

Valores paisagísticos

O território devido às suas **características naturais de orografia e geologia** possui **valores paisagísticos muito relevantes**.

Identificam-se vários percursos pedestres cujo trajeto intersesta os pontos de maior interesse paisagístico.



Miranda do Douro apresenta um **conjunto elevado de miradouros**, constituindo **atrativos relevantes**, **potenciados pelos valores paisagísticos** existentes.

MIRADOURO DE SÃO JOÃO DAS ARRIBAS

EFEITOS PREVISTOS COM A PROPOSTA DE PLANO



- As propostas do plano contribuem para a salvaguarda os valores paisagísticos, património relevante no concelho;
- A proposta do Plano reduz as áreas afetas a atividades económicas e industriais face ao atualmente em vigor, o que se traduz numa menor afetação dos valores paisagísticos.



- Os espaços de atividades económicas são suscetíveis de gerar efeitos paisagísticos negativos, devido às características associadas a este tipo de ocupação (grandes volumes, arquitetonicamente pouco valorizados). Dependendo da sua localização estes efeitos podem ser atenuados com a adoção de medidas de minimização/integração paisagística adequadas.

RECOMENDAÇÕES

PARA A GESTÃO:

- Sugere-se que o Município desenvolva um Plano Verde para o concelho que contribua para a integração das áreas verdes encontrando conexões e ligações através da arborização das ruas e espaços livres contribuindo para uma verdadeira estrutura verde no território, especialmente na cidade. Este Plano deverá definir o tipo de espécies a utilizar bem como outras características das áreas verdes que se pretendem promover no concelho.
- O município deverá prever para cada área de atividades económicas um Projeto de Integração Paisagística, cuja execução poderá ser faseada à medida da sua ocupação, mas mantendo uma linguagem única. Estas questões são mais pertinentes quando os espaços de atividades económicas estão na contiguidade de espaços residenciais ou em localizações de maior sensibilidade paisagística.

PARA O PLANO:

- Nas ações de arborização/criação de espaços verdes da responsabilidade da Câmara Municipal deverá favorecer-se a utilização de espécies autóctones, melhor adaptadas ao solo e ao clima.

II. AVALIAÇÃO AMBIENTAL DO PLANO



Valores Naturais, Paisagísticos e Paisagísticos

Património arquitetónico e arqueológico

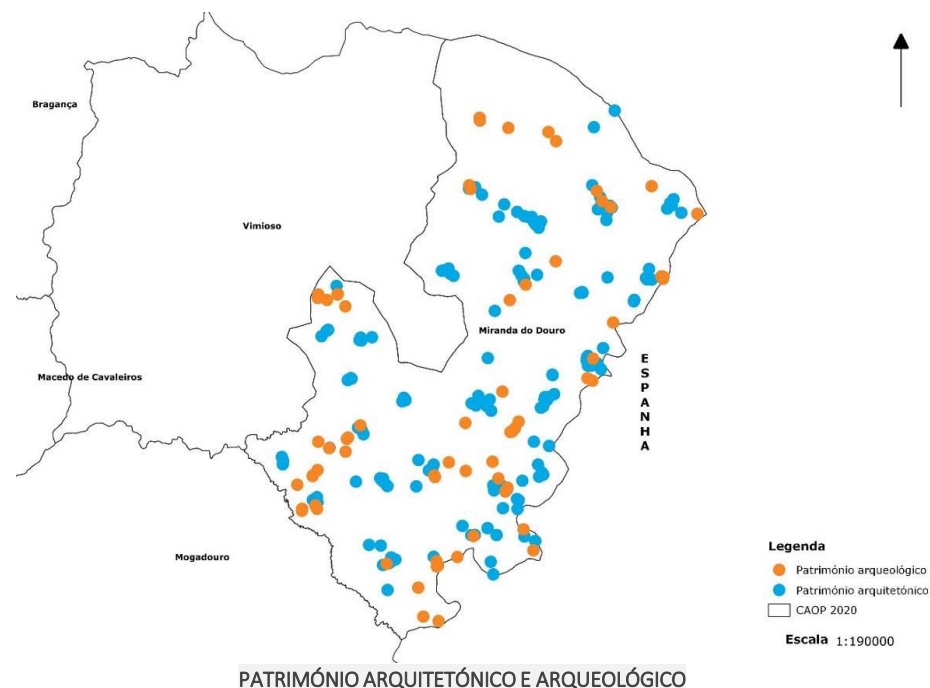
SITUAÇÃO ATUAL

Miranda do Douro integra um **vasto conjunto de valores patrimoniais, classificados e em vias de classificação**. Para além destes, destacam-se ainda:

- Concatedral de Miranda do Douro – Monumento Nacional
- Museu da Terra de Miranda
- Casa da Cultura
- Porta da Rota da Terra Fria Transmontana

O município reúne um vasto **património imaterial**, que inclui:

- **Língua Mirandesa** – aprovada pela Assembleia da República como língua oficial de Portugal.
 - Dia 17 de setembro – Dia Oficial da Língua Mirandesa
- **Pauliteiros** – originário das aldeias circundantes a Miranda do Douro, vestem roupas tradicionais e exibem uma coreografia complexa com paulitos e castanholas.



EFEITOS PREVISTOS COM A PROPOSTA DE PLANO



- As propostas do Plano contribuem para a salvaguarda e proteção dos elementos patrimoniais identificados, pelo regime estabelecido no Regulamento. Adicionalmente, o sistema de incentivos contribuirá para a ações de reabilitação de edifícios com interesse patrimonial .

RECOMENDAÇÕES

PARA A GESTÃO:

- Deverá ser reforçada a fiscalização municipal no intuito de precaver a realização de intervenções que destruam ou prejudiquem os bens patrimoniais identificados.

II. AVALIAÇÃO AMBIENTAL DO PLANO



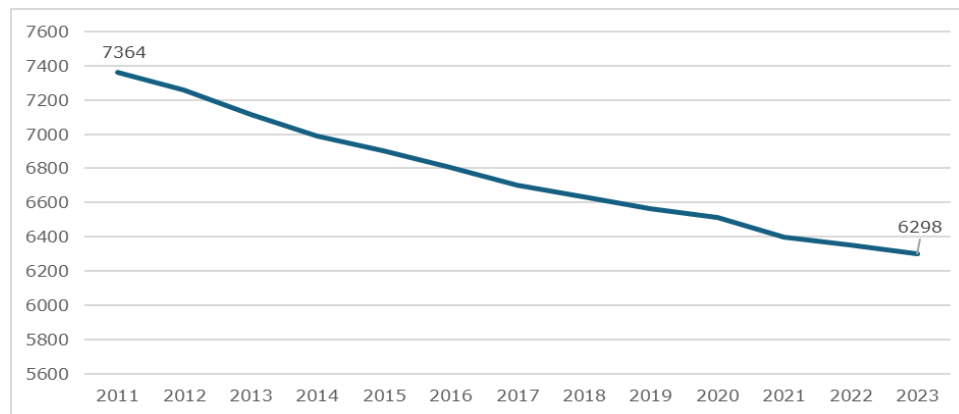
Socioeconomia

Demografia

SITUAÇÃO ATUAL

Contexto populacional:

- **Tendência decrescente** da população residente;
- **Envelhecimento da população**;
- **Diminuição da população ativa** no período censitário;
- O **setor terciário emprega o maior número de pessoas** (70% da população, em 2021);
- **Diminuição** do número de **inscritos no centro de emprego**.



EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE



- A concretização da estratégia de reforço da coesão territorial e modernização e diversificação do setor económico e produtivo contribui diretamente para a fixação da população promovendo a atratividade do território.

RECOMENDAÇÕES

PARA A GESTÃO:

- O Município deverá reforçar a articulação com as entidades afetas à solidariedade e apoio social de forma a promover o envelhecimento ativo da população e a inclusão social deste estrato populacional. Estas mesmas entidades deverão articular-se de forma a garantir respostas integradas quer para a primeira infância quer para a população idosa, de forma a apoiar as famílias nas suas necessidades quotidianas.

II. AVALIAÇÃO AMBIENTAL DO PLANO



Socioeconomia

Coesão social

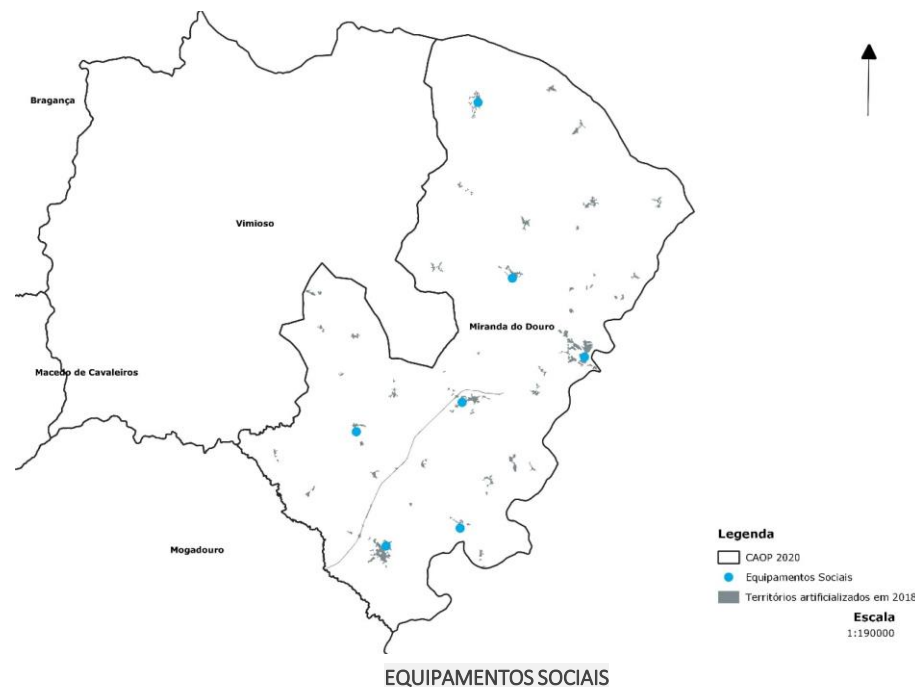
Contexto social:

- **Tendência crescente** do ganho médio mensal;
- **Maior equilíbrio nos rendimentos** das populações empregadas;
- O município integra **alguns pedidos de habitação social**;
- Ao nível dos **equipamentos sociais** identificam-se:
 - Creches
 - Pré-escolar
 - Centros de dia
 - Serviço de apoio domiciliário
 - Estruturas residenciais para idosos

EFEITOS PREVISTOS COM A PROPOSTA DE PLANO



- Um dos objetivos do Plano é o estabelecimento de uma rede de equipamentos equilibrada. Este objetivo é traduzido no regime aplicável nas diversas categorias de espaço: espaços agrícolas, espaços centrais, espaços habitacionais e espaços de equipamentos estruturantes. Considera-se que as propostas permitem aumentar e melhorar o nível de serviços dos equipamentos públicos, contribuindo assim para a melhoria da qualidade de vida da população.



EQUIPAMENTOS SOCIAIS

RECOMENDAÇÕES

PARA A GESTÃO:

- O Município deverá monitorizar a capacidade e tipologia de oferta de equipamentos de cariz social face às características das populações alvo, de modo a poder programar devidamente as necessidades. Esta situação é mais pertinente no que respeita os equipamentos para a população idosa.

II. AVALIAÇÃO AMBIENTAL DO PLANO

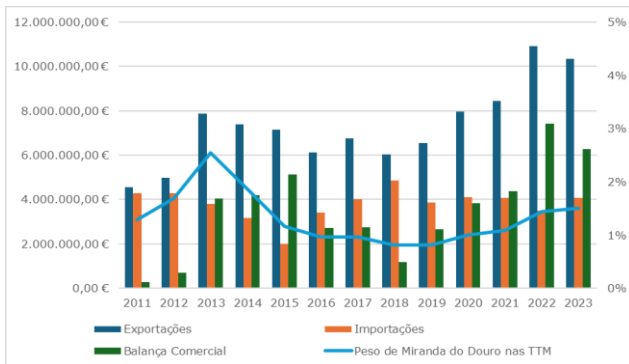


Socioeconomia

Economia

Contexto económico:

- Tendência crescente do número de empresas e volume de negócios;
- Dinâmica comercial positiva;
- Operadores com certificação:
 - Modo de Produção Biológica
- Vários produtos certificados:
 - Denominação de Origem Protegida (DOP);
 - Indicação Geográfica Protegida (IGP).



BALANÇA COMERCIAL DE MIRANDA DO DOURO

Contexto turístico:

- Proveitos totais obtidos em 2024: 2 033 000€;
- **38** Empreendimentos turísticos;
 - Maioritariamente **Casas de Campo** (22).
- **31** Empreendimentos de alojamento local
 - Destacam-se as **Moradias** (20)
- **6** Agentes de Animação Turística com reconhecimento de Turismo de Natureza.

EFEITOS PREVISTOS COM A PROPOSTA DE PLANO



- As propostas do Plano, promovem a valorização dos recursos endógenos, pelos usos previstos no solo rústico, contribuindo para o aumento do número de atividades económicas no concelho.
- Estão ainda previstos espaços de atividades económicas que permitirão o desenvolvimento deste tecido no concelho fomentando o setor empresarial e social.



- As atividades industriais e o seu reforço poderão levar ao aumento da emissão de poluentes gasosos, ruído, efluentes residuais e resíduos industriais. Caso a implementação das empresas não seja devidamente acompanhada / fiscalizada os efeitos ambientais poderão ser negativos e significativos

RECOMENDAÇÕES

PARA O PLANO:

- Sempre que as áreas de atividades económicas e espaços de atividades industriais se localizem em áreas contíguas a espaços com uso habitacional (como é o caso de Malhadas, Miranda do Douro e Palaçoulo) deverá haver uma faixa arbórea entre os dois espaços para salvaguarda paisagística e ambiental dos espaços residenciais.
- Recomenda-se que seja incluído em Regulamento a obrigatoriedade de realização de um estudo de tráfego das atividades que possam gerar maiores fluxos, nomeadamente de pesados de modo a minimizar os conflitos de circulação, tráfego e ruído.

PARA A GESTÃO:

- A promoção do turismo ambiental e paisagístico deverá ser acompanhada por uma estratégia de sensibilização ambiental de forma a promover a sustentabilidade da atividade turística. Neste contexto sugere-se o desenvolvimento de um guia de boas práticas para o turismo sustentável, que pode ser distribuído nos postos de turismo e nos alojamentos turísticos existentes.
- Sugere-se que o Município crie sistemas de monitorização das motivações turísticas e grau de satisfação dos visitantes do concelho.
- Recomenda-se que a Câmara Municipal elabore um documento orientador para a promoção da integração dos princípios de economia circular, na gestão interna do município, que inclua a sensibilização dos munícipes, empresas e outras instituições privadas ou públicas sobre esta temática.

II. AVALIAÇÃO AMBIENTAL DO PLANO



Coesão Territorial

Acessibilidade/mobilidade

A coesão territorial do concelho é promovida, essencialmente, da sua rede viária, nomeadamente:

- o **IC5** – permite a ligação entre Póvoa de Varzim – Miranda do Douro, utilizando espaço canal das EN221 e EN218.
- o **EN218** – permite a ligação de Miranda do Douro a Carção (Vimioso) estabelecendo a ligação EN317
- o **EN221-1** (via desclassificada) - permite a ligação a Mogadouro.

Distância e tempo de percurso para os principais destinos nacionais:

Origem	Destino	Distância	Tempo de percurso	Vias
Miranda do Douro	Bragança	74 km	1h	E-2 (Espanha)/A4
	Vila Real	170 km	1h12min	IC5/A4
	Porto	261 km	2h49min	IC5/A4
	Lisboa	508 km	5h12min	IC5/IP2/A23



ECOPISTA DO SABOR

EFEITOS PREVISTOS COM A PROPOSTA DE PLANO



- O Plano faz a hierarquização funcional das vias existentes, definindo as suas características, contribuindo assim para melhorar o funcionamento da rede viária.



- A proposta não faz referência à rede de mobilidade suave. A proposta não faz referência à rede de mobilidade suave. Tratando-se de um território com áreas aplanadas considera-se que esta opção não contribui para a promoção destes meios de transporte

RECOMENDAÇÕES

PARA O PLANO:

- Recomenda-se que o Regulamento contenha disposições sobre a rede de mobilidade suave, regulamentando, dentro do possível a sua implantação. Entre outros aspetos considera-se que esta rede, sempre que esteja prevista nos aglomerados urbanos e, principalmente, na cidade, deve prever arborização, desde que tecnicamente possível;
- Sugere-se que a proposta do Plano inclua uma rede de ciclovias que estabeleça a ligação entre os principais equipamentos e serviços da cidade, de forma a poder ser utilizada no quotidiano, promovendo a mobilidade sustentável.

PARA A GESTÃO:

- Deverão ser equacionadas outras soluções de transporte que respondam de forma mais adequada a territórios de baixa densidade, nomeadamente ao nível das frequências.
- Sugere-se que seja promovida a localização no concelho, em especial na proximidade da Ecopista do Sabor (Duas Igrejas, Sendim) de um centro de transformação, reparação, aluguer e partilha de bicicletas.

II. AVALIAÇÃO AMBIENTAL DO PLANO



Coessão Territorial

Reabilitação urbana

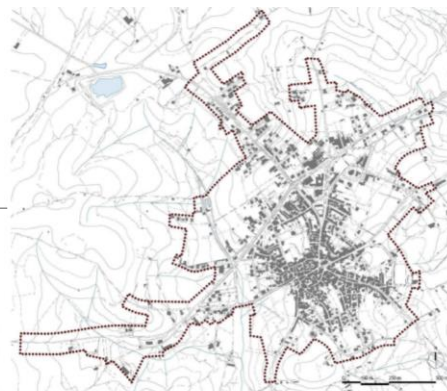
SITUAÇÃO ATUAL



ARU DE MIRANDA DO DOURO

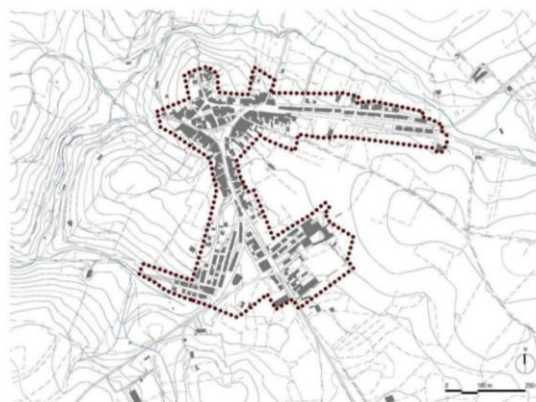
LEGENDA:
..... Limite da ARU

ARU DE SENDIM



LEGENDA:
..... Limite da ARU

ARU DE PALAÇOULO



LEGENDA:
..... Limite da ARU

EFEITOS PREVISTOS COM A PROPOSTA DE PLANO



- A proposta do Plano privilegia a reabilitação urbana, considerando-a nas ações prioritárias, e no sistema de incentivos. Por outro lado, ao reforçar a contenção urbana contribui para um reforço da reabilitação.



- As ações de reabilitação urbana contribuem para o aumento da produção de RCD. Apesar de negativos, não se consideram estes efeitos significativos, desde que garantida a gestão adequada destes e a aplicação, em todas as ações e obras, dos princípios da economia circular. Esta questão é especialmente relevante nas ações de iniciativa pública.

RECOMENDAÇÕES

PARA A GESTÃO:

- Sugere-se que o município desenvolva um manual de boas práticas de reabilitação urbana onde constem as potenciais ações de valorização de materiais pela sua reutilização assim como a utilização preferencial de matérias reciclados.

II. AVALIAÇÃO AMBIENTAL DO PLANO

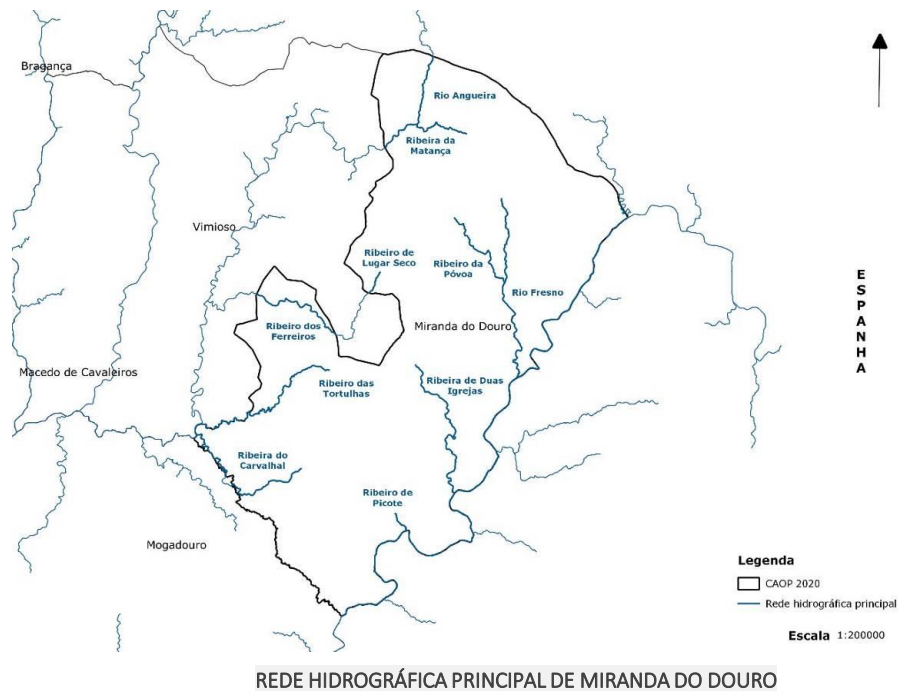
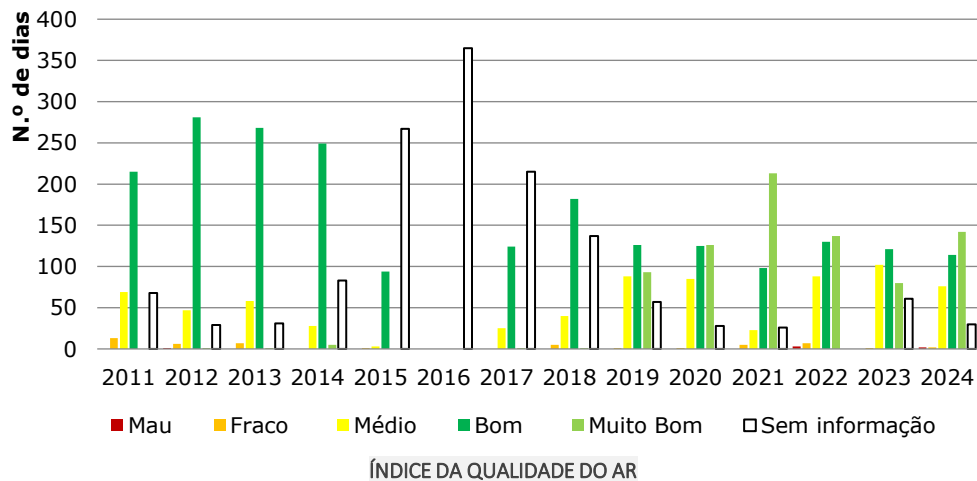


Ambiente e Alterações Climáticas

Ambiente

Recursos hídricos:

- Miranda do Douro enquadra-se na **Região Hidrográfica do Douro**;
- A maioria das massas de água do concelho estão classificadas com **"Bom"**;
- As massas de água subterrâneas inserem-se no **Maciço Antigo Indiferenciado da Bacia do Douro**.



Qualidade do ar:

- O concelho insere-se na zona **Norte Interior**;
- Maioritariamente os **dias são classificados com "Bom"**;
- A partir de 2019, os dias classificados com **"Muito bom"** têm vindo a ganhar expressão.

II. AVALIAÇÃO AMBIENTAL DO PLANO



Ambiente e Alterações Climáticas

Ambiente



- Os diversos regimes de salvaguarda plasmados no Plano contribuirão para a manutenção da qualidade das massas de água existentes.
- O reforço da consolidação e contenção urbana deverá traduzir-se numa otimização das infraestruturas existentes, situação que se considera positiva e com significado. Nas situações que se prevê a expansão esta é acompanhada pela respetiva infraestruturização.
- O sistema de incentivos proposto pelo Plano contribuirá para melhorias ambientais na medida em que promove iniciativas que resultam em ganhos ambientais.



- O desenvolvimento do território preconizado pelo Plano contribui, inevitavelmente, para a afetação das diversas componentes ambientais, como seja a qualidade do ar, o ambiente sonoro, os recursos hídricos, a conservação da natureza e a biodiversidade, entre outros. Consideram-se estes efeitos negativos podendo a sua significância ser atenuada por uma gestão ambiental cuidada quer, diretamente por parte do município, quer por parte dos cidadãos. Adicionalmente, o Plano já contempla diversas orientações com vista à sustentabilidade territorial e ambiental.

RECOMENDAÇÕES

PARA O PLANO:

- A renovação das infraestruturas de abastecimento deverá ser incluída como medida prioritária nas intervenções no território.

PARA A GESTÃO:

- Os projetos de requalificação das vias deverão ser acompanhados pela renovação/verificação das redes públicas de saneamento e abastecimento e ramais de ligação existentes promovendo as ligações sempre que estas não existam;
- Dado tratar-se de um concelho de carácter rural, o Município deverá estudar a introdução de um sistema de incentivo à compostagem caseira diminuindo a quantidade de resíduos biodegradáveis encaminhados para o sistema de gestão de resíduos, resultando em benefícios económicos e ambientais evidentes.
- Sugere-se que os projetos públicos a desenvolver incluam nos seus cadernos de encargos a obrigatoriedade de proceder à reutilização de resíduos de construção e demolição em percentagem superior à atualmente exigida pela lei.

II. AVALIAÇÃO AMBIENTAL DO PLANO



Ambiente e Alterações Climáticas

Riscos e alterações climáticas

O Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas da Terra Quente Transmontana identifica as seguintes vulnerabilidades atuais:

- Precipitação excessiva.

E as seguintes tendências e vulnerabilidades futuras:

- Temperatura;
- Precipitação.

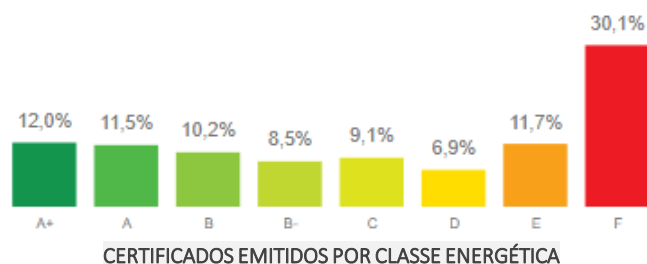
Vulnerabilidade	Sociedade	Economia	Ecosistemas	Medidas Transversais
Aumento da temperatura média anual e aumento da frequência e intensidade de ondas de calor 	- OAAC1. Renaturalização Urbana e Introdução de soluções com base na Natureza - OAAC2. Elaboração de Plano de Contingência Saúde Sazonal – Módulo Verão - OAAC3. Design bioclimático de edifícios - OAAC4. Monitorização e prevenção de riscos para a saúde humana decorrentes das alterações climáticas	- OAAC5. Promoção de novas práticas agrícolas, espécies e variedades agrícolas adaptadas aos novos padrões climáticos - OAAC6. Monitorização de novas pragas e doenças agrícolas e antecipação de formas de combate	- OAAC7. Medidas de Ordenamento Florestal e Mecanismos de Prevenção de Incêndios - OAAC8. Operacionalização dos Planos Municipais de defesa da Floresta contra Incêndios (PMDFCI) - OAAC9. Controlo de espécies invasoras - OAAC10. Monitorização de impactos nos ecossistemas	- OAAC25. Estabelecimento de sistemas de alerta antecipado - OAAC26. Realização de campanhas de sensibilização e educação - OAAC27. Adoção de medidas de combate à desertificação
Aumento da precipitação média anual, da frequência e intensidade de períodos de precipitação intensa 	- OAAC11. Medidas de Drenagem Sustentável - OAAC12. Identificação e intervenção de contenção e estabilização de taludes em zonas críticas para movimentos de vertentes - OAAC13. Elaboração de Plano Intermunicipal de Gestão de Riscos de Inundações	- OAAC14. Criação de bacias de retenção e infiltração hídrica	- OAAC15. Renaturalização de linhas de água - OAAC16. Monitorização de impactos nos ecossistemas	
Aumento da duração de períodos de seca 	- OAAC17. Racionalização e gestão do sistema de abastecimento de água - OAAC18. Medidas de poupança hídrica e uso eficiente de água - OAAC19. Elaboração de Plano Intermunicipal de Contingência para períodos prolongados de seca - OAAC20. Aproveitamento de águas pluviais e residuais	- OAAC21. Elaboração de estudo para aproveitamento hidráulico da Bacia Transmontana do Douro - OAAC22. Criação de bacias de retenção e infiltração hídrica - OAAC23. Uso de Sistemas de rega eficientes	- OAAC24. Monitorização de impactos nos ecossistemas	

INSTRUMENTOS QUE PROMOVEM A MITIGAÇÃO E ADAPTAÇÃO DOS EFEITOS DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS:

- Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAC);
- Roteiro para a Neutralidade Carbónica (RNC);
- Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas (P-3AC);
- Lei de Bases do Clima (LBC);
- Plano Nacional Energia e Clima (PNEC);
- Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas das Terras de Trás-os-Montes (PIAAC-TTM)
- Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas da Terra Fria Transmontana (PIAAC TFT)

Eficiência energética em Miranda do Douro:

- 23,5% dos certificados emitidos por classe energética enquadram-se nas classes mais eficientes.



II. AVALIAÇÃO AMBIENTAL DO PLANO



Ambiente e Alterações Climáticas

Riscos e alterações climáticas



- A proposta do Plano já inclui os princípios de abordagem das questões das alterações climáticas na gestão territorial.
- A proposta prevê incentivos para as ações que promovam a redução do consumo energético, contribuindo para a redução das emissões de GEE;
- Possui disposições específicas para a exploração de recursos energéticos renováveis quer em solo urbano quer em solo rústico, contribuindo, de forma indireta, para a minimização das emissões de CO₂;
- A atual versão do Plano contempla arborização marginal das vias e arruamento urbanos, apenas dispensada quando devidamente justificada.

PARA O PLANO:

- Recomenda-se que o Regulamento preveja arborização obrigatória em todos os arruamentos urbanos (sempre que tecnicamente viável), situação que deve ser considerada na construção de novas vias e na reabilitação das existentes. A arborização em meio urbano é uma medida importante na adaptação às ondas de calor que se esperam mais frequentes e prolongadas.

PARA A GESTÃO:

- Recomenda-se a integração, sempre que possível e pertinente, das medidas de adaptação associadas às linhas de ação constantes no P-3AC e no PNEC.

III. PROGRAMA DE GESTÃO E MONITORIZAÇÃO AMBIENTAL

O programa de gestão e monitorização ambiental destina-se a **assegurar um acompanhamento** dos efeitos do Plano no ambiente.

Anualmente, a Câmara Municipal de Miranda do Douro deverá **avaliar e controlar os efeitos significativos no ambiente** decorrentes da aplicação do Plano, verificando a necessidade de adoção das medidas previstas na declaração ambiental, a fim de identificar atempadamente e corrigir os efeitos negativos imprevistos.

Esta avaliação é feita com base no **quadro de indicadores utilizado na avaliação ambiental** e que se apresenta no quadro seguinte.

FCD	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	OBJETIVOS DE SUSTENTABILIDADE	INDICADORES (Origem dos dados)	Valor atual	Objetivos / Metas
Valores Naturais, Paisagísticos e Culturais	Biodiversidade	⇒ Salvar e valorizar os habitats, flora e fauna dos ecossistemas ripícolas e dos espaços naturais classificados e protegidos.	⇒ N.º e área de ações de limpeza, manutenção ou reabilitação em espaços integrados em áreas protegidas ou classificadas (CMMD).	⇒ Indicador de seguimento	⇒ Aumentar todos os anos
			⇒ Despesas de ambiente do município (€) por domínio de ambiente - Proteção da biodiversidade e paisagem (INE)	⇒ Proteção da biodiversidade e paisagem 352'000 euros (INE, 2023)	⇒ Aumentar
	Valores paisagísticos	⇒ Promover e valorizar os valores paisagísticos do Parque Natural do Douro Internacional.	⇒ N.º e extensão de percursos pedestres/rotas definidos para o concelho (CMMD; ICNF).	⇒ 23 rotas com 338,4 km de extensão	⇒ Aumentar
		⇒ Preservar as florestas autóctones.	⇒ Evolução da ocupação florestal, por tipologias (DGT).	⇒ Ver Quadro V.7	⇒ Aumentar as autóctones
Património arquitetónico e arqueológico	⇒ Promover e valorizar o património arquitetónico e arqueológico	⇒ N.º de elementos do património classificado e/ou inventariados alvo de ações de reabilitação/ restauro (CMMD).	⇒ Indicador de seguimento	⇒ Aumentar	
Socioeconomia	Demografia	⇒ Promover a atração e a fixação de população jovem e adulta.	⇒ Evolução da população residente no concelho, por faixa etária (INE).	⇒ Ver Figura V.11	⇒ Aumentar nas faixas mais jovens
	Coesão social	⇒ Melhorar a qualidade de vida da população.	⇒ N.º e capacidade de equipamentos de perfil social (carta social)	⇒ Ver Quadro V.13	⇒ Aumentar
	Economia	⇒ Valorização económica dos recursos endógenos, garantindo a sua exploração sustentável.	⇒ Volume de negócios (€) das empresas do setor primário (INE).	⇒ 8'018'660 € (em 2022) (representa 10% do total de VN de todas as empresas do concelho)	⇒ Aumentar
			⇒ N.º de operadores em Modo de Produção biológica (DGADR)	⇒ 73 operadores em 2022	⇒ Aumentar
		⇒ Fomentar a dinâmica turística.	⇒ Proveitos totais (€) nos estabelecimentos de alojamento turístico (INE).	⇒ 2.033.000,00 € (em 2024)	⇒ Aumentar
			⇒ Capacidade de alojamento em empreendimentos turísticos, estabelecimentos de alojamento local (camas/utentes) (RNT/SIGTUR)	⇒ Empreendimentos turísticos: 38 ⇒ Estabelecimentos de alojamento local: 31	⇒ Aumentar
⇒ Tornar o território atrativo para investimentos e fixação de empresas.	⇒ Número de agentes com reconhecimento de Turismo de Natureza (N.º) (RNT/SIGTUR)	⇒ Agentes com reconhecimento de Turismo de Natureza: 6	⇒ Aumentar		
	⇒ Evolução do n.º de empresas e do volume de negócios segundo o CAE, Ver.3 (INE).	⇒ Ver Figura V.17 e Tabela V.2	⇒ Aumentar		

III. PROGRAMA DE GESTÃO E MONITORIZAÇÃO AMBIENTAL

FCD*	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO*	OBJETIVOS DE SUSTENTABILIDADE*	INDICADORES (Origem dos dados)*	Valor atual*	Objetivos / Metas*
Coesão territorial*	Acessibilidade / Mobilidade*	⇒ Promover relações proximidade com centros de oportunidade.*	⇒ N.º de paragens e frequência dos transportes públicos coletivos (CMMD/ Empresas associadas).*	⇒ 31 paragens com frequência diária (1 ida e 1 volta)*	⇒ Aumentar frequência dos transportes*
	Reabilitação urbana*	⇒ Promover a reabilitação do espaço urbano.*	⇒ N.º de iniciativas que beneficiaram dos incentivos previstos nas alíneas b), c) e d) do art.º 98º do Regulamento*	⇒ Indicador de seguimento*	⇒ Aumentar*
Ambiente e alterações climáticas*	Ambiente*	⇒ Assegurar a qualidade dos recursos naturais.*	⇒ N.º de Massas de água superficiais e subterrâneas em estado global bom ou superior face ao total de massas de água avaliadas (APA)*	⇒ 8 massas de água superficiais classificadas com Bom e superior, no total de 11 avaliadas;¶	⇒ Atingir o estado global Bom ou superior em todas as massas de água*
			⇒ Evolução do índice da qualidade do ar (APA).*	⇒ Ver Figura V.43*	⇒ Aumentar a qualificação boa e muito boa.*
		⇒ Garantir a qualidade ao nível das infraestruturas*	⇒ Perdas reais no sistema de abastecimento de água (ERSAR).*	⇒ 480,268m³. (Dados da ERSAR, 2023)*	⇒ Diminuir*
			⇒ Evolução da recolha de resíduos urbanos por habitante (%). (INE)*	⇒ +3,6% entre 2023 e 2024*	⇒ Reduzir.*
	Riscos e alterações climáticas*	⇒ Prevenir riscos naturais*	⇒ Evolução do n.º de incêndios rurais e da superfície ardida (ha). (INE).*	⇒ Ver Tabela V.5*	⇒ Diminuir*
			⇒ Número de edifícios e pessoas localizadas em área inundável (SMPC)*	⇒ 31 edifícios e 15 pessoas. Estimativa de acordo com o INE (Censos 2021)*	⇒ Diminuir*
		⇒ Promover a adaptação e mitigação do território face às alterações climáticas.*	⇒ Grau de integração das medidas de adaptação às alterações climáticas previstas no Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas da Terra Fria do Nordeste Transmontano (CMMD/ CIM Terra de Trás-os-Montes).*	⇒ Indicador de seguimento*	⇒ Integrar a totalidade das medidas identificadas como passíveis de integrar no Plano.*



O Plano Diretor
Municipal de Miranda
do Douro contribui
para o
desenvolvimento
sustentável?

Neste documento procedeu-se a um **resumo da Avaliação Ambiental Estratégica** da proposta do Plano Diretor Municipal de Miranda do Douro, de forma concisa, clara e acessível.

Na avaliação efetuada identificaram-se os efeitos positivos e negativos das propostas apresentadas. Nesta fase procedeu-se, também, à ponderação dos pareceres emitidos pelas entidades.

Simultaneamente, foram elencadas recomendações para inclusão na proposta de Plano ou para serem consideradas pela gestão municipal, como medidas de minimização dos efeitos negativos do Plano ou de potenciação dos efeitos positivos.

Da avaliação efetuada conclui-se que os efeitos positivos resultantes da implementação do Plano ultrapassam os efeitos negativos, pelo que se considera que o mesmo constitui uma ferramenta para o desenvolvimento sustentável do município e da região.